

ente

Oriente

Ocidente

Ori

# BIBLOS

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Vasco Gil Mantas

Universidade de Coimbra

**Percursos do Oriente Antigo.  
Homenagem a José Nunes Carreira**

Instituto Oriental.

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Lisboa, 2004, 615 páginas, ilustrado.

O importante volume que aqui analisamos brevemente reúne um número significativo de estudos elaborados em homenagem ao ilustre Professor José Nunes Carreira, por altura da sua jubilação académica. Organizado por José Augusto Ramos, Luís Manuel de Araújo e António Ramos dos Santos e publicado com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e da Associação Portuguesa de Orientalismo a obra representa, pelo conteúdo e qualidade gráfica, um marco importante na bibliografia orientalista nacional, lamentavelmente ainda pouco divulgada, mesmo em meios onde seria de esperar maior grau de informação.

Ao mesmo tempo, esta diversificada colectânea comprova exemplarmente que os estudos orientais ganharam entre nós, graças ao trabalho persistente e menosprezando dificuldades desenvolvido por um grupo pouco numeroso de esclarecidos especialistas, um estatuto impensável há vinte ou trinta anos.

O título da obra revela-se duplamente esclarecedor e particularmente feliz, evocando as numerosas peregrinações do homenageado por terras orientais e, simultaneamente, o variado itinerário que nos é proposto pelos temas versados que, de uma ou outra forma, incluem quase toda a área geográfica do Oriente Antigo. O segundo aspecto que o título reflecte sem ambiguidades é, exactamente, o tempo e o espaço considerado na obra.

O tempo é o da História da Antiguidade Oriental e o espaço é o do Próximo Oriente, no essencial. Esta circunstância permite-nos recordar que os estudos orientais em Portugal se desenvolvem, com raras excepções, em torno da problemática das antigas civilizações do chamado *Crescente Fértil* e suas regiões limítrofes, continuando pouco estudadas realidades histórico-culturais tão importantes como a Índia, a China ou o Japão.

615

A consulta do índice da obra mostra uma notável concentração de artigos versando assuntos relacionados com o *Crescente Fértil* e Corredor Sírio-Palestiniano, o que ilustra perfeitamente a linha dominante dos trabalhos de investigação em curso em Portugal, ainda que se encontrem também alguns contributos de autores estrangeiros incluídos na colectânea. Com efeito, dos 34 artigos inseridos na obra, o primeiro dos quais, da autoria de Luís Manuel de Araújo, é uma completa e estimulante biobibliografia de José Nunes Carreira, nada menos de 25 referem-se, directa ou indirectamente, a Israel e Palestina (11), Egipto (7) e Mesopotâmia (7). Assim, embora excluindo as montanhas, planaltos e desertos cujos povos tiveram importância decisiva na dinâmica histórica do Próximo Oriente Antigo, como Sabatino Moscati demonstrou magistralmente décadas atrás (S. Moscati, *L'Orient avant les Grecs*, Paris, 1963, p.8-15, 331-334), estes *Percursos do Oriente Antigo* ganham uma notável unidade, sempre apreciável em obras desta natureza.

Num momento crucial da complicada história das relações entre o Ocidente e o Oriente o volume de homenagem a José Nunes Carreira confronta-nos de novo com as origens do legado oriental presente na nossa civilização, com particular incidência nos aspectos religiosos moldados pelo pensamento judaico-cristão. Sugere-nos, por isso mesmo, que nos debrucemos sobre a génese de uma multiplicidade de fenómenos contemporâneos, impossíveis de compreender num mundo desligado do passado e condicionado por modelos globalizantes redutores, voluntária ou involuntariamente, de valores culturais sobre os quais se construiu e garantiu a identidade de numerosos povos e nações.

Problemas contemporâneos estão também presentes na obra, em particular nos contributos de Maria José Albuquerque e de Geraldo Coelho Dias, intitulados respectivamente, *Iraque Património da Humanidade* e *Da Guerra do Iraque ao Paraíso da Bíblia*, naturalmente lamentando a destruição resultante das acções militares e o perigo que destas resulta para a preservação do património arqueológico iraquiano. Entendemos, todavia, que o conhecimento do que realmente se passou não é ainda suficiente para uma análise razoável dos acontecimentos, só possível quando a situação ganhar alguma normalidade e as actividades de contra-informação perderem importância. O que aconteceu é o resultado normal das guerras, ainda que nos estejamos a habituar por demasiado ao conceito de operações ditas cirúrgicas, sem danos colaterais. A realidade, infelizmente, é diferente. E que dizer das infelicidades que se abateram, noutra contexto, com pouco eco internacional, sobre o património libanês durante os anos de guerra civil? Teria sido conveniente que neste ano de

2004, passados sessenta anos sobre a abominável destruição da emblemática abadia de Monte Cassino, se tivesse organizado uma Conferência Internacional de grande amplitude sobre guerra e bens culturais, ainda que os resultados práticos de tais reuniões se limitem, normalmente, a recomendações teórico-morais.

Voltemos, de novo, aos artigos da obra recenseada. Na impossibilidade de os comentarmos todos, optámos por os nomear, o que permite a percepção dos conteúdos, após o que traçaremos brevíssimos comentários a um ou outro, por razões ditadas fundamentalmente pela nossa própria formação e interesses científicos. Para além dos contributos que já referimos, o volume inclui os seguintes estudos, aqui indicados pela ordem em que aparecem: Miriam Lopes Agostinho, *Imagens de Jerusalém*; Alberto Barnabé, *la mirada del outro: Imágenes de los Fenicios en los poetas griegos antiguos*; Emanuel Bouzon, *A responsabilidade civil e o direito dos cidadãos no Direito cuneiforme*; Francisco Caramelo, *As formulas de maldição na Mesopotâmia: uma proposta de análise*; Carlos Casanova, *Reflexões sobre os suportes obstétricos hititas*; Ilda Sobral Coelho, *O imaginário do Além*; Cristina Chautard Correia, *A comunidade judaica de Elefantina*; Pedro dos Reis Filipe, *a Abissínia de Francisco Alvares*; Francolino Gonçalves, *Jerusalém: factos, lendas, mitos e utopias*; Ana Goulart, *A Casa da Servidão. A construção de um conceito*; Aline Hall, *As influências egípcizantes no libreto da Flauta Mágica de Mozart*; Célia do Carmo José, *O espaço enquanto presentificação metafórica da divindade: o exemplo de Anat na mitologia de Ugarit*; Pedro Malheiro, *Enuma Elish: o poema da glorificação de Marduk*; Pedro Manique, *História deuteronomista e os meios sociais*; Pedro Marques, *Referências ao Livro de Daniel na literatura portuguesa de viagens*; Ana Maria Moreira, *A literatura do Império Médio Egípcio e a Odisseia: o exemplo do conto O Naufrago*, Joaquim Carreira das Neves, *O sacrifício na literatura religiosa do Próximo Médio Oriente e da Bíblia judeo-cristã*; Alexandra de Oliveira, *Baal na descrição poética da Batalha de Kadech*; Josep Padró / Marguerite Erroux-Morfm, *L'Oxyrinque et le lepidote à El-bahnasa*; Maria de Lurdes Palma, *Samas e o imperialismo médio assírio*; Maria Antonia Pereira, *Herodes, o Grande, e o "massacre dos inocentes" nas narrativas de infância do NT e dos Apócrifos*; José Augusto Ramos, *Sobre as categorias de leituras específicas da Bíblia*; João Rodrigues, *Profetas e acções simbólicas: a teatralidade da palavra*; Nuno Rodrigues, *O Egipto na Helena de Eurípides*; José Sales, *Literacia e bilingüismo: novas configurações da administração egípcia no período ptolomaico*; António dos Santos, *Os preços na Babilónia Aqueménida*;

617

Rogério de Sousa, *A noção de coração no Egipto faraónico: uma síntese evolutiva*; Maria do Rosário Themudo Barata, *A propósito de uma citação bíblica*; Julio Barrera, *Historia del texto bíblico en Qumrán: formas textuales y ediciones literarias*; Maria Ana Valdez, *A semântica dos opostos em DN 7*; Armindo Vaz, *A criação do corpo na linguagem bíblica*. Que o leitor nos perdoe esta longa enumeração, que considerámos necessária para que a importância real desta obra não passe despercebida de eventuais interessados.

Alguns destes trabalhos, como os de Alberto Bernabé, Ana Maria Moreira, Nuno Rodrigues e José Sales ocupam-se de temas em que se aliam a Cultura Oriental pré-clássica e a Cultura Clássica, confirmando, mais uma vez, a complexidade das relações interculturais na Antiguidade. O artigo de José Sales sobre o Egipto ptolomaico é particularmente interessante por atender às diferenças existentes entre os diferentes grupos constituintes da sociedade egípcia da época, com destaque para as que uniam e separavam, simultaneamente, indígenas e população helénica ou helenizada. Recordamos que, na época romana, um egípcio só ascendia à cidadania após adquirir o estatuto de cidadão de Alexandria (P. Petit, *La paix romaine*, Paris, 1967, p.277). Os problemas de ordem política constituem o tema central de diversos artigos, frequentemente relacionados com questões religiosas, o que, embora normal no período focado pelos trabalhos em questão, deve ser acentuado actualmente. Permitimo-nos, porém, exprimir dúvidas quanto ao uso do termo *cidadãos* no artigo de Emanuel Bouzon, uma vez que se trata do direito mesopotâmico do período entre os códigos de Ur-Namu e de Hamurábi. Será possível considerar a existência de cidadãos em estruturas políticas como as que caracterizavam as monarquias mesopotâmicas do III e II milénios a.C.? É claro que esta questão se pode considerar tipicamente académica, mas a necessidade de definir os conceitos é fundamental. No mesmo artigo a atribuição da escrita cuneiforme ao começo do III milénio a.C. também resulta um tanto confusa, pois a escrita está presente em Uruk IVb por volta de 3400 a.C., ainda que com caracteres pictográficos, desenvolvendo-se como autêntico cuneiforme após 3200 a.C.

Outras contribuições no âmbito da política são: o trabalho de Pedro Malheiro sobre o *Enuma Elish* e Marduk, deus cujo sucesso se deve entender como uma consequência directa do triunfo da primeira dinastia babilónica; o de Maria de Lurdes Palma sobre *Sarnas* (Shamash) e a relação desta divindade solar, o antigo Utu sumério, com o poder real, relação que voltaremos a encontrar, com outras denominações mas idênticas preocupações ideológicas, noutras locais e noutras épocas; a análise do

*massacre dos inocentes* feita por Maria Antonia Pereira coloca-nos perante o problema da elaboração de historias de exemplo, neste caso pela negativa, a partir da impopularidade de Herodes, governante *colaboracionista*, mas não tanto por isso como pelo facto de ser considerado um perseguidor de cristãos *avant la lettre*, duvidoso privilégio ganho graças ao episódio do *massacre* e da morte de João Baptista. Herodes governou a Judeia num período muito difícil e conseguiu fazê-lo durante quase quarenta anos, o que é extraordinário e merecedor de atenção por parte dos historiadores.

Outra questão interessante presente na obra é a da aculturação ou acomodação de comunidades judaicas estabelecidas fora da área de predomínio hebraico, como a de Elefantina, no Egipto, analisada por Cristina Correia. As questões tratadas são particularmente relevantes, permitindo um melhor conhecimento do impacte que práticas culturais exóticas tiveram sobre o judaísmo, em determinadas circunstâncias. A existência de um templo a Jeová nesta comunidade da fronteira meridional do Egipto, ainda para mais associado a outras divindades, absolutamente contrária ao judaísmo ortodoxo, só pode compreender-se como resultado de um ambiente cultural fluido, próprio do período do domínio aqueménida e das ambiguidades nascidas do cativo de Babilónia, quando surge a sinagoga como instituição fundamental da sociedade hebraica, local de reunião ( *beit ha-knesset, synagoge* ) e nunca templo (S. Fine, *Sacred Realm. The Emergence of the Synagogue in the Ancient World*, Nova Iorque, 1996, p.21-47). É pena o artigo de Cristina Correia não utilizar a importante bibliografia sobre o caso de Elefantina citada no trabalho de Francolino Gonçalves sobre Jerusalém . Neste último, muito bem documentado, e sem entrarmos na questão de saber se a Cidade Santa é, ou não, a mais estudada, gostaríamos de ver incluída a obra de Karen Armstrong recentemente publicada em Portugal (K. Armstrong, *Jerusalém. Uma cidade, três religiões*, Lisboa, 1999), pela sua acessibilidade e boa informação histórica. Ainda a propósito do artigo de Francolino Gonçalves parece-nos importante a referência do autor à decisão da ONU, em 1947, a qual propunha o estabelecimento de um mandato internacional sobre Jerusalém e Belém. A *Guerra dos Seis Dias*, em 1967 criou uma situação que parece, por evidentes razões políticas e sentimentais, difícil de alterar.

O artigo de Aline Hall, analisando as fontes utilizadas no libreto da ópera *A Flauta Mágica* é muito estimulante, pelo que esperamos origine outros trabalhos desta natureza, reconstituindo o contexto cultural em que se situava a imagem do Egipto na segunda metade do

século XVIII, a partir da qual Mozart foi capaz de desenvolver um discurso simbólico coerente e compreensível sobre a luta entre o bem e o mal, sem excluir, como a autora justamente sublinha, duas leituras possíveis, uma como um entretenimento fantástico, outra como *mistério*. Estamos perante uma proposta de futuro construído sobre a sabedoria e a justiça de um passado perfeito, uma espécie de mito do eterno retorno, tão necessário hoje como no tempo de Mozart. Com a *Flauta*, a ópera ganha uma componente simbólica profunda transformando-se numa celebração, que o germanismo místico de Wagner elevará à condição de ritual.

Alguns dos contributos deste volume relacionam-se directamente com a cultura e história portuguesas, quer no que se refere à temática bíblica, quer no tocante a viagens e experiências orientais. Assim sucede com os textos de Miriam Agostinho, Pedro Filipe, Pedro Marques e Maria do Rosário Themudo Barata. Como dissemos inicialmente, o comentário aprofundado de todos os textos recolhidos nos *Percursos* exigiria espaço, de que não dispomos, e, frequentemente, conhecimentos específicos, que não possuímos. Vamos, portanto, terminar estes nossos comentários. Não o faremos, todavia, antes de uma breve alusão ao esclarecedor artigo de Armindo Vaz, sobre a criação do corpo humano na linguagem bíblica e a resultante discussão em torno da proeminência do sexo masculino sobre o feminino, impossível de defender à luz do AT. Mas, se o autor escreve, em determinado passo que, *na sociedade do Antigo Próximo Oriente em que ele (o mitógrafo) vivia a mulher estava subordinada e sujeita ao homem para tudo*, o que é verdadeiro, devemos lembrar que essa situação, quantas vezes degradante, continua a ser uma realidade quotidiana no Oriente contemporâneo, realidade de origem tragicamente humana. Esta simples constatação leva-nos, de novo, a desejar o reforço dos estudos orientais em Portugal, para que a história não seja substituída por miragens ilusórias.

Um dos aspectos que ressalta da leitura deste volume é o de grande parte dos autores serem jovens investigadores, garantia de continuidade e de progresso na área para cujo desenvolvimento tanto contribuiu José Nunes Carreira. Também não podemos deixar de sublinhar que a formação dos investigadores, nomeadamente dos docentes, passa pelo contacto directo com aquilo que estudam, quer através do conhecimento das fontes e da bibliografia, quer através de viagens que lhes permitam ter a percepção das realidades de uma forma não livresca. A teoria só ganha consistência através da experiência vivida. José Nunes Carreira teve oportunidade, na altura exacta, de fazer viagens que, indubitavelmente, determinaram os seus percursos de investigador e de professor. Cabe às

### Percursos do Oriente Antigo

instituições realizar um esforço sistemático nesse sentido, particularmente às Universidades. Não estamos a falar de viagens de lazer, estamos a defender a necessidade absoluta de experiências formativas. Na nossa sociedade, construída (?) sobre a ideia da facilidade, esta exigência de qualidade parecerá tão desactualizada como a necessidade de erudição, cuja ausência é tantas vezes disfarçada por palavrosos dislates. Como escreve José Augusto Ramos no final do seu artigo na homenagem a José Nunes Carreira, *o caminho aqui encetado vai certamente prosseguir, porque estes percursos, embora longos, são apenas os primeiros ensaios de outros passos a fazer*. Como diz um provérbio chinês, uma grande viagem começa sempre pelo primeiro passo. Este já foi dado.

Apenas um pequeno reparo. Gostaríamos que o volume contasse com um índice de matérias, que muito facilitaria a sua utilização pelo leitor. É certo que esta ausência obriga a ler toda a obra, com as vantagens daí resultantes! O variado e sólido conteúdo destes *Percursos do Oriente Antigo* ajudam, da melhor forma, a compreender o longo caminho percorrido pela civilização desde os seus primórdios orientais, assim como a valorizar e honrar o processo que nos permite, ocidentais, afirmar, a exemplo do autor grego: *O que nós, Gregos, tomamos aos estrangeiros, transformamo-lo para fazer alguma coisa mais bela* (Pseudo-Platão, *Epínomis*, 987d).

621